

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 14 de junho de 2019 às 08h11
Seleção de Notícias

Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | BR

Marco regulatório | Anvisa

Associações de pacientes de Cannabis medicinal entram com ação contra União e Anvisa	3
<small>SAÚDE ANCELMO GOIS</small>	

Migalhas | BR

13 de junho de 2019 | Patentes

STJ julga IAC que trata de royalties de soja transgênica	4
--	---

Associações de pacientes de Cannabis medicinal entram com ação contra União e Anvisa

SAÚDE

04:00>14/06/2019 04:00



Cannabis / Arquivo Google

Maconha medicinal Duas associações de pacientes de Cannabis medicinal - Ame+me, de Belo Horizonte, e Apepi, do Rio - estão entrando com ações contra a União e a **Anvisa** pedindo que o Judiciário garanta a elas o direito de cultivar maconha em suas sedes, para fins terapêuticos. Isso porque a proposta aprovada pela **Anvisa** prevê que somente empresas possam fazer o cultivo. As associações querem o direito de fornecer os remédios diretamente para seus associados - ambas atendem a, somados, 274 pacientes em condições como epilepsia, doenças crônicas, autismo, Parkinson e até câncer.

STJ julga IAC que trata de royalties de soja transgênica



A 2ª seção do STJ deu início ao julgamento de IAC (nº4) que trata de questão de propriedade intelectual envolvendo o cultivo de soja transgênica, tendo, de um lado, sindicatos de produtores rurais e, de outro, a multinacional Monsanto.

O processo discute se é possível conferir proteção simultânea - pelos institutos da **patente** de invenção e da proteção de cultivares - a sementes transgênicas de soja Roundup Ready (RR), e se é ou não facultado aos produtores rurais o direito de reservar o produto de seu cultivo para replantio e comercialização como alimento e matéria prima, bem como o direito de pequenos agricultores de doar ou trocar sementes reservadas no contexto de programas especiais específicos.

A Monsanto, visando obter proteção patentária ao processo de criação das sementes, estabeleceu um sistema de cobrança baseado em royalties, taxas tecnológicas e indenizações pela utilização das sementes.

Os sindicatos entendem que a questão teria de ser analisada sob a ótica da lei de Cultivares, não pela lei de **Patentes**, de modo que poderiam, independentemente do pagamento de qualquer taxa à titular da tecnologia, fazer a reserva de sementes para replantio, a venda de produtos como alimento e, quanto a pequenos produtores rurais, a multiplicação

de sementes para doação ou troca.

A 5ª câmara Cível do TJ/RS atendeu recurso da Monsanto e determinou que a empresa poderia voltar a cobrar royalties dos sojicultores que cultivam soja transgênica. A decisão reformou sentença que havia suspenso a cobrança também de taxa tecnológica ou indenização, reservando aos produtores o direito de vender a produção como alimento ou matéria prima.

Repercussão social

A ministra Nancy Andrighi, ao votar pela instauração do IAC, ressaltou que a proteção patentária ao processo de criação das sementes de soja transgênica, e as discussões acerca do sistema de cobrança baseado em royalties, taxas tecnológicas e indenizações "possui notável interesse público e se caracteriza como relevante questão com grande repercussão social".

Nesta quarta-feira, 12, ao apresentar seu voto, a relatora lembrou que a forma escolhida pelo Brasil para a proteção de novas formas vegetais resultou de intenso debate nas Casas Legislativas, envolvendo os mais diversos atores.

Mencionando a ata da UPOV de 1978 - Convenção Internacional para Proteção de Novas Variedades de Plantas -, Nancy disse que a tese dos recorrentes parte de pressuposto equivocado - o de querer fazer incidir às recorridas as limitações previstas exclusivamente a detentores de certificados de produção cultivares.

"**Nada** impedia que os agricultores empregassem a soja convencional em seus plantios, mas a partir do momento que optaram pelo cultivo de sementes modificadas, por invenção patenteada, 'inafastável o dever de contraprestação da tecnologia'", disse a relatora, citando o acórdão recorrido.

Continuação: STJ julga IAC que trata de royalties de soja transgênica

Assim, negou provimento ao recurso dos sindicatos e propôs no colegiado a tese:

"As limitações ao direito da **propriedade** intelectual constantes do art. 10 da lei 9.456, aplicáveis tão-somente aos titulares de certificados de proteção de cultivares, não são oponíveis aos detentores de **patentes** de produto e/ou processo relacionado a transgenia, cuja tecnologia esteja presente no material re-

produtivo de variedades vegetais."

Após o voto da relatora, o ministro Marco Buzzi pediu vista antecipada dos autos.

Processo: REsp 1.610.728

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa
3

Propriedade Intelectual
4

Patentes
4